



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO

Processo nº: 12.949/2010

Assunto: Relatório final dos dados apresentados pelo Tribunal para METAS PRIORITÁRIAS de 2010 do Conselho Nacional de justiça.

Senhor Presidente, antes ao Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais, à Diretora-Geral, ao Corregedor Regional Eleitoral,

1 – APRESENTAÇÃO

O presente relatório visa submeter à apreciação de V.Ex. a consolidação, pela Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão - APEG, dos dados recebidos de diversos setores do Tribunal, durante o exercício de 2010, referentes às METAS PRIORITÁRIAS de 2010 estabelecidas pelo CNJ.

Cabe ressaltar que, embora sejam 10 metas estabelecidas, apenas as metas 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 10 apresentaram dados estatísticos. As metas 5 e 8 não apresentaram dados estatísticos porque elas não foram aplicáveis à Justiça Eleitoral. A meta 9, que trata da ampliação para 2mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior, ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal.

2 – HISTÓRICO

META PRIORITÁRIA 1: Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Dados apresentados:

META	ID	HISTÓRICO DE DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES A META 1 – 2010	PERIODICIDADE	GRAU	RESP.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	P1.1	Número total de processos de conhecimento não criminais novos ingressados no mês de referência	Mensal	1º	CRE	172	252	164	606	2431	726	601	828	1228	363	337	134
1	P1.2	Número total de processos de conhecimento criminais novos ingressados no mês de referência	Mensal	1º	CRE	24	41	27	31	77	48	104	49	80	220	109	37
1	P1.3	Número total de processos de conhecimento não criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento em 2010	Mensal	1º	CRE	291	397	386	398	630	804	984	848	947	458	568	461
1	P1.4	Número total de processos de conhecimento criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento em 2010	Mensal	1º	CRE	38	11	19	19	24	37	33	41	37	106	65	42

META	ID	HISTÓRICO DE DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES A META 1 – 2010	PERIODICIDADE	GRAU	RESP.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	P1.1	Número total de processos de conhecimento não criminais novos ingressados no mês de referência	Mensal	2º	SJU	50	45	115	127	119	151	2019	434	938	1349	626	115
1	P1.2	Número total de processos de conhecimento criminais novos ingressados no mês de referência	Mensal	2º	SJU	3	1	6	10	5	6	9	11	9	9	13	12
1	P1.3	Número total de processos de conhecimento não criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento em 2010	Mensal	2º	SJU	160	213	255	235	191	171	1737	788	646	1340	584	428
1	P1.4	Número total de processos de conhecimento criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento em 2010	Mensal	2º	SJU	3	8	8	18	3	0	15	4	7	13	7	12

META	ID	HISTÓRICO DE DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES A META 1 – 2010	PERIODICIDADE	GRAU	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	P1.1	Número total de processos de conhecimento não criminais novos ingressados no mês de referência	Mensal	Consolidado	222	297	279	733	2550	877	2620	1262	2166	1712	963	249
1	P1.2	Número total de processos de conhecimento criminais novos ingressados no mês de referência	Mensal	Consolidado	27	42	33	41	82	54	113	60	89	229	122	49
1	P1.3	Número total de processos de conhecimento não criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento em 2010	Mensal	Consolidado	451	610	641	633	821	975	2721	1636	1593	1798	1152	889
1	P1.4	Número total de processos de conhecimento criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento em 2010	Mensal	Consolidado	41	19	27	37	27	37	48	45	44	119	72	54

Análise dos dados fornecidos:

Os números apresentados indicam que foram julgados no ano de 2010 **97,44%** da quantidade total de processos distribuídos nesse período. O índice resulta da variação entre a quantidade de processos distribuídos, 14.871, e a de julgados, 14.490.

Observa-se que foram distribuídos 941 processos criminais. Foram julgados 570, resultando em uma taxa de julgamento de 60,57%.

Já a comparação entre os números apresentados para processos não criminais julgados, 13.920, em relação ao número de distribuídos, 13.930, resulta a conclusão de um percentual julgamento de 99,93%.

Considerando os índices apresentados e procurando demonstrar o nível real de efetividade desenvolvido pela Justiça Eleitoral Mineira, esta Assessoria optou por incluir no presente relatório a comparação entre processos distribuídos e julgados no 1º e 2º graus.

Em relação ao 1º grau, onde ocorreu a distribuição de 8.689 processos criminais e não criminais, dos quais foram julgados 7.644 obtém-se um percentual de julgamento de **87,97%**.

No 2º grau foram distribuídos 6.182 processos criminais e não criminais, tendo sido julgados 6.846, o que corresponde a uma taxa de julgamento de **110,74%**, o que significa que a meta foi atingida e que a Corte julgou 664 processos além dos que foram distribuídos no ano, incluindo, portanto, parte do estoque, conforme preconizado na descrição da meta

É importante informar que o CNJ criou um relatório gráfico chamado **processômetro**, que pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.cnj.jus.br, clicando em 'Gestão e Planejamento' e em seguida em 'Metas Prioritárias 2010', onde estão disponíveis para consulta todos os dados já descritos.

No mesmo endereço eletrônico, encontra-se disponível um relatório comparativo chamado **percentual de cumprimento**, onde é apresentada uma comparação entre Tribunais, separados por ramos do Poder Judiciário, em relação ao cumprimento da meta 1 - julgar igual quantidade de processos distribuídos em 2010 e mais parcela do estoque.

Nesse comparativo, dentre os **27** Tribunais Regionais Eleitorais, o percentual de **97,44%** de cumprimento da meta 1 coloca o TRE-MG em **20º lugar**, à frente apenas dos TREs do Amapá, Acre, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Roraima.

Para cumprimento integral da meta 1, o percentual teria que ter ultrapassado **100%**, o que significaria que a Justiça Eleitoral Mineira teria julgado quantidade igual a de processos distribuídos em 2010 mais parcela do estoque. Contudo, se analisarmos separadamente o 1º e o 2º graus, observaremos que o percentual de **110,47%** do 2º grau teria indicado cumprimento da meta com folga. Mas o percentual de **87,97%** relativo ao 1º grau continuaria indicando não cumprimento da meta.

META PRIORITÁRIA 2: Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007.

Dados apresentados:

META	ID	HISTÓRICO DE DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES À META 2 – 2010	PERIODICIDADE	GRAU	RESP.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2	P2.13	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que não foram nela julgados até 31/12/2009	única	1ª	CRE	92	92	92	92	92	92	30	30	30	30	30	30
2	P2.14	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que não foram nela julgados até 31/12/2009	única	1ª	CRE	50	50	50	50	50	50	24	24	24	24	24	24
2	P2.15	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	1ª	CRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0
2	P2.16	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	1ª	CRE	0	0	0	0	0	0	0	7	3	2	0	0
2	P2.17	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	1ª	CRE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
2	P2.18	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	1ª	CRE	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	1
2	P2.19	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2010	Mensal	1ª	CRE	0	0	0	0	0	0	0	4	9	18	6	1
2	P2.20	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2010	Mensal	1ª	CRE	0	0	0	0	0	0	0	14	4	3	4	2

META	ID	HISTÓRICO DE DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES À META 2 – 2010	PERIODICIDADE	GRAU	RESP.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2	P2.13	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que não foram nela julgados até 31/12/2009	única	2ª	SJU	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11
2	P2.14	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que não foram nela julgados até 31/12/2009	única	2ª	SJU	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
2	P2.15	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	2ª	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	P2.16	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	2ª	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	P2.17	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	2ª	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	P2.18	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	2ª	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	P2.19	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2010	Mensal	2ª	SJU	0	0	0	0	1	1	0	0	3	2	0	4
2	P2.20	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2010	Mensal	2ª	SJU	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

META	ID	HISTÓRICO DE DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES À META 2 – 2010	PERIODICIDADE	GRAU	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2	P2.13	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que não foram nela julgados até 31/12/2009	única	Consolidada	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41
2	P2.14	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que não foram nela julgados até 31/12/2009	única	Consolidada	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26
2	P2.15	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	Consolidada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0
2	P2.16	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	Consolidada	0	0	0	0	0	0	0	7	3	2	0	0
2	P2.17	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	Consolidada	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
2	P2.18	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	Consolidada	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	1
2	P2.19	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2010	Mensal	Consolidada	0	0	0	0	1	1	0	4	12	20	6	5
2	P2.20	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2010	Mensal	Consolidada	0	2	0	0	0	0	0	14	4	3	4	2

Análise dos dados fornecidos:

Da análise do quantitativo existente apresentado até o momento, observa-se que foram julgados **100%** dos processos criminais e não criminais ingressados até 31/12/2007 e que não haviam sido julgados até 31/12/2009, somados a esses os processos que saíram da situação de suspensão e deduzidos aqueles que foram suspensos no ano de 2010. Os números informados correspondem a 78 processos julgados de um acervo inicial de 67 processos, consideradas as atualizações de janeiro a dezembro do corrente exercício.

Os processos **criminais julgados** equivalem a **93,55%** da soma total do acervo em 31/12/2007 e que não foram julgados até 31/12/2009, considerando-se a inclusão dos processos que saíram da situação de suspensão e a exclusão daqueles que foram suspensos entre janeiro e dezembro de 2010. Foi de **29** o número de processos julgados de um acervo inicial de **26**.

Os **49** processos **não criminais** julgados correspondem a **104,26%** do acervo inicial de **41** processos e esse número corresponde à soma daqueles ingressados em 31/12/2007 e não julgados até 31/12/2009, acrescidos dos que saíram da situação de suspensão e reduzidos os que foram suspensos entre janeiro e dezembro de 2010.

Da mesma forma que na meta 1, também para o presente item foi elaborado comparativo entre o 1º e o 2º graus, relativo aos números apresentados para o cumprimento da meta.

Quanto ao **1º grau**, foram julgados em 2010 **100%** dos processos. A um acervo inicial de 54 processos que ingressaram na Justiça Eleitoral até 31/12/2007 e que não haviam sido julgados até 31/12/2009, foram somados 19 processos que deixaram a situação de suspensão e diminuídos 8 processos que passaram à situação de suspensão, sendo julgados, portanto, 65 processos.

No **2º grau** foram julgados **100%** dos processos em 2010. De um estoque de 13 processos que ingressaram na Justiça Eleitoral até 31/12/2007 e que não haviam sido julgados até 31/12/2009, foram baixados 13 até dezembro de 2010, não existindo registro de mudanças em situação de suspensão processual. Não restando, portanto, nenhum processo a ser julgado.

Observando o **percentual de cumprimento**, informado pelo CNJ no endereço já fornecido anteriormente, verifica-se que ao se comparar os percentuais apresentados pelos **27** Tribunais Regionais Eleitorais, o índice de **100%** de cumprimento da meta 2 atingido pelo TRE-MG corresponde à **1ª posição** juntamente com o TRE de Mato Grosso do Sul e Roraima.

META PRIORITÁRIA 3:

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009).

Dados apresentados:

META	ID	HISTÓRICO DE DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES A META 3 – 2010	PERIODICIDADE	GRAU	RESP.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
3	P3.1	Número total de processos de execução não fiscais ainda não baixados definitivamente (movimento 22) no dia 31/12/2009	única	1º	CRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.2	Número total de processos de execução fiscal ainda não baixados definitivamente (movimento 22) no dia 31/12/2009	única	1º	CRE	64	64	64	64	64	64	64	64	64	64	64	64
3	P3.3	Número total de processos de execução não fiscais novos iniciados no mês de referência.	Mensal	1º	CRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.4	Número total de processos de execução fiscal novos iniciados no mês de referência.	Mensal	1º	CRE	1	1	8	9	5	6	4	9	7	9	3	8
3	P3.5	Número total de processos de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	1º	CRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.6	Número total de processos de execução fiscal baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	1º	CRE	0	1	3	0	3	1	16	2	4	3	1	2
3	P3.7	Número total de processos de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	1º	CRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.8	Número total de processos de execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	1º	CRE	1	0	2	0	1	4	6	2	1	0	2	4
3	P3.9	Número total de processos de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	1º	CRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.10	Número total de processos de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	1º	CRE	4	2	4	5	3	0	9	8	16	5	4	4

META	ID	HISTÓRICO DE DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES A META 3 – 2010	PERIODICIDADE	GRAU	RESP.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
3	P3.1	Número total de processos de execução não fiscais ainda não baixados definitivamente (movimento 22) no dia 31/12/2009	única	2º	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.2	Número total de processos de execução fiscal ainda não baixados definitivamente (movimento 22) no dia 31/12/2009	única	2º	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.3	Número total de processos de execução não fiscais novos iniciados no mês de referência.	Mensal	2º	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.4	Número total de processos de execução fiscal novos iniciados no mês de referência.	Mensal	2º	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.5	Número total de processos de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	2º	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.6	Número total de processos de execução fiscal baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	2º	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.7	Número total de processos de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	2º	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.8	Número total de processos de execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	2º	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.9	Número total de processos de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	2º	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.10	Número total de processos de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	2º	SJU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

META	ID	HISTÓRICO DE DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES A META 3 – 2010	PERIODICIDADE	GRAU	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
3	P3.1	Número total de processos de execução não fiscais ainda não baixados definitivamente (movimento 22) no dia 31/12/2009	única	Consolidada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.2	Número total de processos de execução fiscal ainda não baixados definitivamente (movimento 22) no dia 31/12/2009	única	Consolidada	64	64	64	64	64	64	64	64	64	64	64	64
3	P3.3	Número total de processos de execução não fiscais novos iniciados no mês de referência.	Mensal	Consolidada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.4	Número total de processos de execução fiscal novos iniciados no mês de referência.	Mensal	Consolidada	1	1	8	9	5	6	4	9	7	9	3	8
3	P3.5	Número total de processos de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	Consolidada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.6	Número total de processos de execução fiscal baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	Consolidada	0	1	3	0	3	1	16	2	4	3	1	2
3	P3.7	Número total de processos de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	Consolidada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.8	Número total de processos de execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	Consolidada	1	0	2	0	1	4	6	2	1	0	2	4
3	P3.9	Número total de processos de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	Consolidada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	P3.10	Número total de processos de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	Consolidada	4	2	4	5	3	0	9	8	16	5	4	4

Análise dos dados fornecidos:

Antes de mais nada, é necessário pontuar que a primeira parte dessa meta, ou seja, '*reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução*', não se aplica à Justiça Eleitoral' por impossibilidade material.

Quanto à segunda parte da meta, apesar do pequeno número de execuções fiscais em tramitação na Justiça Eleitoral apontar a irrelevância deste dado estatístico para este ramo do Judiciário, a medição desta meta é imposta pelo CNJ. Como a tramitação só ocorre no 1º grau, deve-se ressaltar que a medição é restrita aos Cartórios Eleitorais.

Na atual fase do relatório é importante esclarecer o critério de cumprimento dessa meta, pois a fórmula de apuração do resultado considera o número de execuções fiscais em acervo em 31/12/2009 **apenas como referência**. Esclarecendo melhor, isso significa que o objetivo, considerando a referência, seria reduzir esse acervo em 20% até dezembro de 2010. Contudo, para realização do cálculo proposto pela meta, **deve-se adicionar mensalmente os processos novos distribuídos** e aqueles que saíram da situação de suspensão, diminuindo os que foram suspensos, tornando o alcance do objetivo bastante difícil.

Para ilustração sobre a dificuldade alegada no parágrafo anterior, atentando para o fato de nosso acervo ser de 64 processos em 31/12/2009, **e que o nosso objetivo em 31/12/2010 é ter 51 processos**, apresentamos a análise que se segue.

Pelo acompanhamento mensal sabemos que o estoque estava em 51 processos em outubro e permaneceu com o mesmo número em novembro de 2010, tendo, portanto, este TRE, atingido a meta. Contudo, em dezembro do mesmo ano, entraram na meta 8 processos, foram baixados 2 processos, entraram mais 4 processos por saírem de situação de suspensão e saíram da meta 4 processos por terem sido suspensos, elevando o acervo para 57.

Dessa forma, no cômputo do ano, a **meta não foi atingida, ficando o acervo em 57 processos, ou seja, 6 processos a mais do que a meta de 51. Isso significa dizer que a redução pretendida pela meta de 20% em relação ao acervo inicial, ficou em 10,94 %, tendo este Tribunal atingido pouco mais da metade da meta pretendida.**

META PRIORITÁRIA 4:

Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.

Dados apresentados:

META/PERGUNTA	DADO ESTATÍSTICO	PERIODICIDADE	GRAU	RESP.	Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	1º Sem.	2º Sem.	
4	P4.1	Número total de decisões colegiadas (acórdãos) no mês de referência.	MENSAL	2º	SJU	64	109	145	198	141	143	115	169	236	119	52	143	1634	800	834
4	P4.2	Número total de decisões colegiadas (acórdãos) publicadas (primeira ou única publicação) em até 10 (dez) dias após a data da sessão de julgamento ocorrida no mês de referência.	MENSAL	2º	SJU	59	81	91	143	69	100	115	166	232	114	48	90	1308	543	765

Análise dos dados fornecidos:

Da análise dos números apresentados conclui-se que, em 2010, a média anual de publicação dos acórdãos em até 10 dias após a data da sessão de julgamento correspondeu a **80,05%**.

Merecem destaque os números apresentados no mês de **julho** de 2010, quando o total de decisões colegiadas no mês, 115, correspondeu exatamente aos respectivos acórdãos publicados em até dez dias após a realização das sessões de julgamento que deram origem as referidas decisões, atingindo **100%** da meta naquele momento.

Contudo, nos demais meses, verificou-se um pequeno afastamento entre o total de decisões colegiadas e os respectivos acórdãos publicados em até 10 dias da realização das sessões de julgamento.

Como o CNJ determinou que a análise dessa meta não trataria da média atingida durante o ano, mas do percentual no mês de dezembro de 2010, o resultado obtido foi de **62,94% de cumprimento**. Com isso, o TRE-MG, ainda que tenha atingido a meta no mês de julho de 2010, não cumpriu a meta em dezembro, o que determinou o resultado anual.

META PRIORITÁRIA 6:

Reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2006).

Dados apresentados:

META	PERGUNTA	DADO ESTATÍSTICO	PERIODICIDADE	GRAU	RESP.	Total
6	P6.1	Número total de todos os magistrados, servidores e estagiários em 31/12/2006	ÚNICA	1º e 2º Grau	SGP	2894
6	P6.1	Número total de terceirizados em 31/12/2006	ÚNICA	1º e 2º Grau	SGS	210
6	P6.2	Consumo de energia em kWh em 2006	ÚNICA	1º e 2º Grau	SGA	2.080.402
6	P6.3	Consumo de telefone em reais em 2006	ÚNICA	1º e 2º Grau	SGS	R\$ 1.216.053,23
6	P6.4	Consumo de água em m³ em 2006	ÚNICA	1º e 2º Grau	SGA	27.825
6	P6.5	Consumo de papel (número de resmas) em 2006	ÚNICA	1º e 2º Grau	SGA	25.477
6	P6.6	Consumo de combustível em litros em 2006	ÚNICA	1º e 2º Grau	SGS	56.545

META	PERGUNTA	DADO ESTATÍSTICO	PERIODICIDADE	GRAU	RESP.	Jan/Jun	Jul/Dez	Total 2010
6	P6.7	Número total de terceirizados na data de referência	SEMESTRAL	1º e 2º Grau	SGS	371	233	233
6	P6.7	Número total de todos os magistrados, servidores e estagiários na data de referência	SEMESTRAL	1º e 2º Grau	SGP	2.942	2.769	2.769
6	P6.8	Consumo de energia em kWh no período de referência	SEMESTRAL	1º e 2º Grau	SGA	1.126.008	1.303.095	2.429.103
6	P6.9	Consumo de telefone em reais no período de referência	SEMESTRAL	1º e 2º Grau	SGS	R\$ 409.583,19	R\$ 639.019,46	R\$ 1.048.602,65
6	P6.10	Consumo de água em m³ no período de referência	SEMESTRAL	1º e 2º Grau	SGA	15.163	14.320	29.483
6	P6.11	Consumo de papel (número de resmas) no período de referência	SEMESTRAL	1º e 2º Grau	SGA	10.389	13.457	23.846
6	P6.12	Consumo de combustível em litros no período de referência	SEMESTRAL	1º e 2º Grau	SGS	17.085	42.621	59.706

Análise dos dados fornecidos:

A comparação dos dados apresentados foi feita entre os anos de 2006 e 2010. Vale ressaltar que esses anos foram eleitorais e as eleições que ocorreram foram equivalentes.

Telefonia: Redução de 10,84% no valor gasto, por servidor.

Energia Elétrica: Aumento de 20,73% no consumo de KW, por servidor.

Água: Aumento de 9,56% no consumo de m³ de água, por servidor.

Papel: Redução de 3,22% no número de resmas utilizadas, por servidor.

Combustível: Aumento de 9,18% na quantidade de litros, por servidor.

Média Geral: Aumento de 5,08% no consumo dos itens acima em relação a 2006.

No percentual de cumprimento, ainda que dentre os **27** Tribunais Regionais Eleitorais 13 tenham apresentado redução de consumo conforme previsto na meta, acreditamos contrariamente que, diante do crescimento contínuo da Justiça Eleitoral que está deixando de utilizar recursos (prédios, carros, etc) emprestados de outros órgãos para utilizar seus próprios, revelando tendência de alta, seria esperado um aumento do custo. Portanto, o percentual de **5,08 %** de aumento confirma o esperado e, se comparado com grandes Tribunais como o de São Paulo, que teve aumento de 19,65% ou o do Rio Grande do Sul, que teve aumento de 9,19%, indica que o TRE-MG apresenta um resultado coerente com a realidade da Justiça Eleitoral.

META PRIORITÁRIA 7:

Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência.

Dados apresentados:

META	PERGUNTA	DADO ESTATÍSTICO	PERIODICIDADE	GRAU	RESP.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
7	P7.1	É disponibilizada mensalmente a produtividade dos magistrados de 1º grau no portal do tribunal, inclusive a quantidade de julgamentos com e sem resolução do mérito e homologatórios de acordo, apontada a competência em que o magistrado estava atuando?	ÚNICA	1º	CRE	não	sim	sim									
7	P7.2	É disponibilizada mensalmente a produtividade dos magistrados do tribunal no portal do tribunal, inclusive a quantidade de julgamentos com e sem resolução do mérito e homologatórios de acordo, apontada a competência em que o magistrado estava atuando?	ÚNICA	2º	SJU	não	sim										

Análise dos dados fornecidos:

Na tabela oficial padrão do CNJ, cuja disponibilização integral na internet é a condição para o cumprimento da meta em pauta, deve necessariamente constar o nome do magistrado, o número do órgão julgador (zona, vara, etc), o número de decisões no mês, o número de decisões com julgamento de mérito no mês, o número de decisões sem julgamento do mérito no mês, as homologações de acordo no mês, as audiências presididas no mês.

No mês de dezembro de 2010, esta meta foi cumprida tanto no 1º grau quanto no 2º grau. As informações da produtividade dos magistrados podem ser encontradas na página do TRE-MG na internet no seguinte caminho: transparência/contas, Transparência, Produtividade Juízes 1º e 2º graus.

No percentual de cumprimento, dentre os **27** Tribunais Regionais Eleitorais, o percentual de **100%** coloca o TRE-MG dentre os tribunais que alcançaram a meta.

META PRIORITÁRIA 10:

Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem.

Dados apresentados:

META	DADO ESTATÍSTICO	Laçada no Site
10.1	Quantidade de documentos expedidos por este Tribunal	24273
10.2	Quantidade de cartas precatórias e de ordem expedidas por este tribunal	9
10.3	Quantidade de documentos expedidos e enviados sob a forma eletrônica por este tribunal	21411
10.4	Quantidade de cartas precatórias e de ordem expedidos e enviados sob a forma eletrônica por este tribunal	9

Análise dos dados fornecidos:

Os números apresentados acima, quando aplicados manualmente à fórmula do critério de cumprimento definida no glossário do site do CNJ para essa meta, apresentam o resultado 'maior do que 1', o que indica que a meta foi cumprida. Esta fórmula considera separadamente a quantia relativa à cartas precatórias e de ordem da quantia relativa aos demais documentos expedidos.

Contudo, quando os dados são inseridos no sistema eletrônico do CNJ, as quantidades são somadas indiscriminadamente, gerando um percentual de cumprimento de 98,01% que indica que a meta não foi atingida.

Embora tenhamos informado o problema ao CNJ várias vezes, não obtivemos solução. Dessa forma, de acordo com esse cálculo, conclui-se que, em 2010, as comunicações do TRE-MG feitas por meio eletrônico com outros órgãos do Poder Judiciário corresponderam a **88,21%** do total de comunicações feitas por todos os meios. Este percentual corresponde, como já mencionado, a um grau de cumprimento da meta inferior a 100%, indicando que a mesma não foi atingida.

Nessas condições, dentre os **27** Tribunais Regionais Eleitorais, o percentual de **98,01%** coloca o TRE-MG, inadequadamente, dentre os tribunais que não alcançaram a meta.

3 - CONCLUSÃO:

Em uma avaliação geral da situação do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais em relação às Metas Prioritárias de 2010, estabelecidas pelo CNJ, podemos concluir o seguinte:

Foram **atingidas** pelo TRE-MG a **meta 2**, '*julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007.*', ficando do TRE-MG na **1ª colocação** no comparativo com outros Tribunais, juntamente com o TRE de Mato Grosso do Sul e Roraima, e a **meta 7** '*disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por*

competência', atingindo também neste caso a **1ª colocação**, juntamente com vários outros TRES.

Em relação à **meta 1**, '*julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal*', embora no comparativo com outros Tribunais Eleitorais o TRE-MG tenha atingido apenas a 20ª posição, se considerarmos separadamente os julgamentos realizados no 1º e no 2º graus, teremos que o percentual de 110,47% de julgamentos realizados na Corte Eleitoral Mineira, teria significado 'meta atingida com folga'. Contudo, o percentual de 87,97% de julgamentos no 1º grau levou a média para um patamar mais baixo.

A **meta 3**, '*reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009)*' , embora apresente um percentual de cumprimento de 54,70%, que pode parecer abaixo, ele significa que faltaram apenas 6 processos a serem julgados para que a meta fosse atingida integralmente. Além disso, se a referência fossem os meses de outubro e novembro, teríamos atingido a meta, conforme pode ser constatado no gráfico relacionado à mesma.á em relação à meta 3, o TRE-MG está entre os 4 Tribunais Eleitorais que mais se aproximaram do cumprimento da mesma.

A **meta 4**, '*lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento*', apresentou um desenvolvimento oscilante, tendo atingido 100% no mês de julho. Infelizmente, houve um decréscimo crescente no segundo semestre e, como o mês de referência tomado pelo CNJ foi o de dezembro, a meta apresentou um percentual de cumprimento de 62,94%.

No caso da **meta 6**, '*reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2006)*', a possibilidade de redução de gastos era vista, desde o princípio, como inviável, considerado o fato de que a Justiça Eleitoral Mineira está em pleno crescimento, com a aquisição e locação de novos prédios, o que, obviamente, elevariam as suas despesas. Assim, o percentual de aumento de **5,08 %** confirma o esperado e, se comparado com grandes Tribunais como o de São Paulo, que teve aumento de 19,65% ou o do Rio Grande do Sul, que teve aumento de 9,19%, indica que o TRE-MG apresenta um resultado coerente com a realidade da Justiça Eleitoral.

Quanto à meta 10, '*realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem*', na qual o TRE-MG apresentou um percentual de cumprimento de 98,01%, faltando menos de 2% para o cumprimento total, há ainda o problema da aplicação da fórmula proposta pelo CNJ em seu glossário que, se fosse tomada sem a alteração identificada por nós ao final dos trabalhos, apontaria cumprimento da mesma por Minas Gerais.

A Justiça Eleitoral foi **dispensada** do cumprimento das **Metas 5 e 8**.

Ressalte-se que a dificuldade de mensuração com exatidão persiste nas metas relativas à produtividade judicial em razão da inexistência de sistema de

estatística adequado, sendo os dados retirados, em sua maioria, do sistema de acompanhamento processual, que não foi elaborado especificamente para esse fim, ou colhidos manualmente pelos Cartórios Eleitorais.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2011.

Respeitosamente,

FLÁVIO AUGUSTO NANNETTI CAIXETA
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO